

Leonardo Fernandes Ranña

Mestre e doutorando em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogado em Brasília. Sócio do escritório Leonardo Ranña e Advogados Associados.

Ordem pública nos recursos extraordinário e especial

**Observância
do devido
processo legal**



Gazeta Jurídica

Brasília
2018

1ª edição - 2018

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

Ranña, Leonardo Fernandes

Ordem pública nos recursos extraordinários e especial : observância do devido processo legal / Leonardo Fernandes Ranña. -- Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2018.

Bibliografia

ISBN 978-85-67426-52-5

1. Devido processo legal 2. Devido processo legal - Brasil 3. Ordem pública 4. Processo civil 5. Processo civil - Brasil 6. Recursos extraordinários especial - Brasil I. Título.

18-16357

CDU-347.91

Índices para catálogo sistemático:

1. Ordem pública : Devido processo legal : Processo civil 347.91

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul
Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

Sumário

Introdução	1
1 Princípios do devido processo legal	3
1.1 Normas, princípios e regras	3
1.2 O devido processo legal como garantia fundamental.....	9
1.3 A origem do princípio do devido processo legal	11
1.4 Devido processo legal em sentido genérico, processual e material	15
1.5 Os princípios constitucionais derivados do devido processo legal...	19
1.5.1 O princípio da motivação das decisões judiciais	21
1.5.1.1 A fundamentação com base em súmula e outras decisões judiciais.....	24
1.5.2 O princípio do contraditório e da ampla defesa.....	31
1.5.3 O princípio da duração razoável do processo e da economia processual	36
1.5.4 Princípio do duplo grau de jurisdição	38
2 A ordem pública	43
2.1 Considerações iniciais.....	43
2.2 A ordem pública de direito material	46

2.3	A ordem pública de direito processual.....	54
2.4	O tratamento no processo das questões de ordem pública....	62
2.5	A ordem pública e o contraditório.....	65
3	Dos recursos extraordinário e especial	73
3.1	O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e as Cortes de Cassação.....	73
3.2	Classificação dos recursos extraordinário e especial no ordenamento jurídico brasileiro	79
3.3	Funções dos recursos excepcionais.....	81
3.3.1	Função nomofilática	82
3.3.2	Função uniformizadora	85
3.3.3	Função dikeológica.....	87
3.3.4	Função paradigmática.....	89
3.4	Aspectos gerais sobre os fundamentos e hipóteses de cabimento dos recursos extraordinário e especial	92
3.5	O conceito de “causa decidida”	105
3.6	Prequestionamento	109
3.6.1	Conceito de prequestionamento.....	109
3.6.2	Posicionamentos a respeito do prequestionamento e seu tratamento pelos Tribunais Superiores. Prequestionamento implícito, numérico e ficto	118
3.6.3	O prequestionamento e o dever de declaração do voto vencido no Código de Processo Civil 2015. Superação da Súmula n. 211 e n. 320 do Superior Tribunal de Justiça ...	125
3.7	Da impossibilidade de reexame de matéria de fato ou prova ..	129
3.8	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	133
3.9	Repercussão geral, recursos repetitivos e IRDR.....	139
4	A matéria de ordem pública nos recursos extraordinário e especial	143
4.1	Considerações iniciais.....	143

4.2 Panorama jurisprudencial e doutrinário.....	144
4.3 Efeito devolutivo nos recursos especial e extraordinário	152
4.4 O efeito translativo nos recursos extraordinário e especial..	167
4.5 Do verdadeiro sentido da Súmula n. 456 do Supremo Tribunal Federal (análise dos precedentes) e sua aplicação de acordo com o princípio do devido processo legal.....	176
4.6 A questão de ordem pública e a análise do artigo 1.034 do Código de Processo Civil 2015 diante da previsão constitucional dos recursos excepcionais	183
4.7 Da exigência constitucional do prequestionamento à luz do devido processo legal e da impossibilidade do seu afastamento para conhecimento de questões de ordem pública ...	193
Conclusão	201
Referências.....	207